



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

BOM JARDIM - MA



QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2021

ANO V

EDIÇÃO N.º 821 – Páginas 06

www.bomjardim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

FORNECIMENTO DE PNEUS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/MA. FONTE: 1111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE CÓDIGO DA FICHA: 557 PODER: 02 PODER EXECUTIVO ÓRGÃO: 22 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO- MDE DOTAÇÃO: 12.361.0012.2132.0000 MANUT. DE ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL

CATEGORIA: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 1111 RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO - RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE. **SIGNATÁRIOS:** JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, Secretária Municipal de Educação- CONTRATANTE e RONALDO F. DE SOUZA EIRELI, CNPJ: 32.855.084/0001-31, CONTRATADA. Bom Jardim/MA, 21 de outubro 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 258/2021. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2021. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2021 PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 06.229.975/0001-72 E RONALDO F. DE SOUZA EIRELI, CNPJ: 32.855.084/0001-31. OBJETO: contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de pneus para suprir as necessidades do município de Bom Jardim/MA. BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações. VALOR: R\$61.360,70 (sessenta e um mil, trezentos e sessenta reais e setenta centavos) ; VIGÊNCIA: O Período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro do exercício do respectivo crédito orçamentário, a contar da data de sua assinatura. Código da ficha: 267 Poder: 02 PODER EXECUTIVO Órgão:13 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Dotação: 10.122.0032.2043.0000 MANUT. E FUNC. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 1211 Código da ficha: 832 Poder: 02 PODER EXECUTIVO Órgão: 24 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS Dotação: 10.301.0032.2157.0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 1214 Código da ficha: 871 Poder: 02 PODER EXECUTIVO Órgão: 24 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS Dotação: 10.301.0035.2161.0000 MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 1214 Código da ficha: 901 Poder: 02 PODER EXECUTIVO Órgão: 24 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS Dotação: 10.302.0032.2162.0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 1211 Código da ficha: 902 Poder: 02 PODER EXECUTIVO Órgão: 24 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS Dotação: 10.302.0032.2162.0000 MANUT. E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 1214 Código da ficha: 924 Poder: 02 PODER EXECUTIVO Órgão: 24 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS Dotação: 10.302.0074.1152.0000 MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 1214 Código da ficha: 932 Poder: 02 PODER EXECUTIVO Órgão: 24 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS Dotação: 10.302.0074.2030.0000 MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DA SEDE Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO FONTE DE RECURSO: 1211. **SIGNATÁRIOS:** WAGNER DE ARAÚJO VARÃO, Secretária Municipal de Saúde - CONTRATANTE e RONALDO F. DE SOUZA EIRELI, CNPJ: 32.855.084/0001-31, CONTRATADA. Bom Jardim/MA, 21 de outubro 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2021

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 029/2021

PROCESSO Nº 152/2021

VALIDADE: Até 12 (Doze) meses

No dia 21 de outubro de 2021, a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob n.º 06.229.975/0001-72, com sede na Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, neste ato, representada por seu Secretário(a) municipal o Sr.º CLEUTE GILSON SIQUEIRA GONÇALVES, brasileiro, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, RG nº 034101682007-5, CPF nº 602.560.393-64, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas;

Nos termos da Lei nº 10.520/02; do Decreto nº 3.555/00; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e as demais normas legais correlatas;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº 029/2021, conforme Ata realizada em 30 de setembro de 2021 e homologada pelo Ordenador de Despesas;

Resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa RONALDO F. DE SOUZA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 32.855.084/0001-31, com sede na Avenida Paulino Neves, Nº462, Monte Castelo, Tutóia/MA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). RONALDO FERREIRA DE SOUZA, portador(a) da Cédula de Identidade nº 51504495-4 SSPMA e CPF nº 765.967.023-91, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame.

| ITEM | CARRO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UND | QTD. | V. UNIT |
|------|--------------------|------------------|--------|-----|------|-----------|
| 1 | L 200 | PNEU 265/70 R16 | DUNLOP | UND | 32 | R\$779,00 |
| 2 | AMBULANCIA STRADA | PNEU 175/70 R14 | DUNLOP | UND | 8 | R\$360,00 |
| 3 | AMBULANCIA HILUX | PNEU 265/65 R 17 | DUNLOP | UND | 8 | R\$987,00 |
| 4 | AMBULANCIA FIORINO | PNEU 175/70 R14 | DUNLOP | UND | 8 | R\$360,00 |
| 5 | FIAT UNO MILLE | PNEU 175/70 R14 | DUNLOP | UND | 32 | R\$360,00 |

AVENIDA JOSÉ PEDRO VASCONCELOS, S/Nº, CENTRO – CEP: 65380-000 – BOM JARDIM/MA – CNPJ: 06.229.975/0001-72





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

BOM JARDIM - MA

PE 0297/2021
MODALIDADE
PA 1537/2021
961
ASSINATURA

QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2021

ANO V

EDIÇÃO N.º 821 – Páginas 06

www.bomjardim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

| | | | | | | |
|-------------|--|------------------------------|-------------|-----|----|-------------|
| 6 | FIAT UNO SPORT | PNEU 185/60 R15 | SUMITO | UND | 10 | R\$371,00 |
| 7 | SIENA | PNEU 185/65 R14 | SUMITO | UND | 16 | R\$327,00 |
| 8 | VAN | PNEU 225/75 16 | WLK | UND | 8 | R\$690,00 |
| 9 | GOL 1.0 6V | PNEU 175/65 R14 | DUNLOP | UND | 8 | R\$384,00 |
| 10 | DUSTER | PNEU 215/65 R16 | CONTINENTAL | UND | 10 | R\$486,00 |
| 11 | FORD KA | PNEU 195/65 R15 | FIRESTONE | UND | 10 | R\$387,00 |
| 12 | PEUGEOT CITROEN | PNEU 185/60 R15 | ECORIS | UND | 10 | R\$364,00 |
| 13 | TROLLER | PNEU 255/75 R15 | FATE | UND | 8 | R\$981,00 |
| 14 | MICRO ONIBUS (VOLARE 4X4) | PNEU 215/75 R17.5 LISO | MGM | UND | 12 | R\$1.414,00 |
| 15 | MICRO ONIBUS (VOLARE V8L) | PNEU 275/80 R22.5 BORRACHUDO | TEGRYS | UND | 12 | R\$1.453,00 |
| 16 | MICRO ONIBUS WOLKSVAGEM | PNEU 215/75 R17.5 BORRACHUDO | MAGNUM | UND | 12 | R\$958,00 |
| 17 | ONIBUS CAIO MERCEDEZ | PNEU 215/75 R17.5 LISO | MGM | UND | 18 | R\$917,00 |
| 18 | ONIBUS MERCEDEZ BENZ | PNEU 215/75 R17.5 LISO | MGM | UND | 18 | R\$917,00 |
| 19 | ONIBUS MARCOPOLO WOLKSVEGEM | PNEU 215/75 R17.5 BORRACHUDO | MAGNUM | UND | 18 | R\$966,00 |
| 20 | CAÇAMBA IVECO DO PAC | PNEU 275/80/22 | DUNLOP | UND | 18 | R\$2.260,00 |
| 21 | MOTONIVELADORA PATROL (DIANTEIRO) | PNEU 14.00.24 16 LONAS | ROTGAS | UND | 8 | R\$4.790,00 |
| 22 | MOTONIVELADORA PATROL (TRASEIRO) | PNEU 17.5-25 16 LONAS | MRE | UND | 20 | R\$3.829,00 |
| 23 | MOTONIVELADORA PATROL CASE DO PAC- DIANTEIRO | PNEU 14.00.24 16 LONAS | ROTGAS | UND | 8 | R\$4.790,00 |
| 24 | MOTONIVELADORA PATROL PAC-TRASEIRO | PNEU 17.5-25 16 LONAS | MRE | UND | 12 | R\$3.566,00 |
| 25 | RETROESCAVADEIRA (DIANTEIRO) | PNEU 12.5.80.18 12 LONAS | JK | UND | 4 | R\$1.651,00 |
| 26 | RETROESCAVADEIRA (TRASEIRO) | PNEU 17.5-25 16 LONAS | MRE | UND | 4 | R\$2.978,00 |
| 27 | CAMINHÃO IVECO | PNEU 225/75 R16 | WLK | UND | 12 | R\$1.001,00 |
| 28 | TRATOR NEW HOLAND TL 85-6 (DIANTEIRO) | PNEU 14.9-24 10 LONAS | MAGGION | UND | 4 | R\$2.451,00 |
| 29 | TRATOR NEW HOLAND TL 85-6 (TRASEIRO) | PNEU 23.1.30 | SUPERGUIDER | UND | 4 | R\$6.244,00 |
| 30 | MOTO BROZ 150 HONDA (DIANTEIRO) | PNEU 90/90-19 | RINALDI | UND | 8 | R\$214,00 |
| 31 | MOTO BROZ 150 HONDA (TRASEIRO) | PNEU 110/90-17 | RINALDI | UND | 10 | R\$229,96 |
| 32 | MOTO XTZ YAMAHA (DIANTEIRO) | PNEU 90/90-19 | RINALDI | UND | 8 | R\$233,84 |
| 33 | MOTO XTZ YAMAHA (TRASEIRO) | PNEU 110/90-17 | RINALDI | UND | 3 | R\$236,06 |
| 34 | BIS 150 (DIANTEIRO) | PNEU 60/100-17 | RINALDI | UND | 3 | R\$131,25 |
| 35 | BIS 150 (TRASEIRO) | PNEU 80/100-14 | RINALDI | UND | 3 | R\$141,32 |
| VALOR TOTAL | | | | | | |

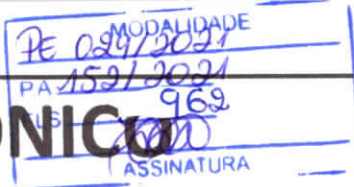
AVENIDA JOSÉ PEDRO VASCONCELOS, S/Nº, CENTRO – CEP: 65380-000 – BOM JARDIM/MA – CNPJ: 06.229.975/0001-72





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

BOM JARDIM - MA



QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2021

ANO V

EDIÇÃO N.º 821 – Páginas 06

www.bomjardim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é a Formação De registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de pneus para suprir as necessidades do município de Bom Jardim/MA, conforme especificações do Termo de Referência.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador é a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e os participantes são a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couberem, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 10.520/02, no Decreto nº 3.555/00, na Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

2.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

2.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.5.1. Compete ao órgão não participante, que aderir à presente ata os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor, em relação às obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (Doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

4.3.4. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

4.4.2. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.5. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

4.7. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

4.10. Não cabe repactuação ou reajuste de preços registrado.

4.11. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo

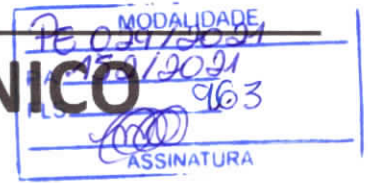
AVENIDA JOSÉ PEDRO VASCONCELOS, S/Nº, CENTRO – CEP: 65380-000 – BOM JARDIM/MA – CNPJ: 06.229.975/0001-72





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

BOM JARDIM - MA



QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2021

ANO V

EDIÇÃO N.º 821 – Páginas 06

www.bomjardim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

específico, quando:

- 5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- 5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 5.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 5.2.1. Por razões de interesse público;
 - 5.2.2. A pedido do fornecedor.
- 5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

- 6.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente ata e será formalizada mediante instrumento contratual, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e na Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93;
- 6.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 6.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.
- 6.4. Previamente à formalização de cada contratação, o (nome do Órgão) realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 6.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 6.6. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
- 6.7. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O contrato firmado com o fornecedor terá vigência de 12 (Doze) meses, a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

- 8.1. Durante a vigência de cada contrato, os preços serão reajustados na sua forma.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

- 9.1. As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas, respectivamente, nas Seções "DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO" e "DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE" do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 10.1. Os produtos serão recebidos na forma do item "DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO" do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento dar-se-á na forma do item "DO PAGAMENTO" do edital

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 12.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13. A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção "DAS SANÇÕES" do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será anexada a esta Ata cópia do Termo de Referência.
- 14.2. Integram o Edital, independentemente de transcrição, a Ata de Registro de Preços, o Termo de Referência e a proposta da empresa.
- 14.3. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

AVENIDA JOSÉ PEDRO VASCONCELOS, S/Nº, CENTRO – CEP: 65380-000 – BOM JARDIM/MA – CNPJ: 06.229.975/0001-72





DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

BOM JARDIM - MA

QUINTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2021

ANO V

EDIÇÃO N.º 821 – Páginas 06

www.bomjardim.ma.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

14.4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o da cidade de Bom Jardim/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bom Jardim/MA, 21 de outubro de 2021.

CLEUTEGILSON SIQUEIRA GONÇALVES
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
Representante do Órgão
Portaria N° 001.2021

| | |
|-------------|------------|
| PE | MODALIDADE |
| PA 15/10/21 | |
| FLS 96 | |
| | ASSINATURA |

RONALDO FERREIRA DE SOUZA
RONALDO F. DE SOUZA EIRELI
Representante da Empresa

